



1 Às nove horas do dia trinta de janeiro de dois mil e dezoito, na sede do Tribunal de Contas dos  
2 Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes",  
3 sob a Presidência do Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**; presentes os Conselheiros, **ALOSIO**  
4 **CHAVES, MARA LÚCIA, CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES e SÉRGIO LEÃO**;  
5 e o Conselheiro Substituto **SÉRGIO DANTAS**, nos termos da Resolução Administrativa nº  
6 007/2017. Ausências justificada do Conselheiro, **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presença da  
7 Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA INEZ**  
8 **GUEIROS**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do  
9 Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte.  
10 Convocada os Conselheiros Substitutos, **ALEXANDRE CUNHA e MÁRCIA COSTA**, para  
11 composição de quorum, nos termos da alínea "c", do inciso III, do Artigo 72 do Regimento  
12 Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se  
13 manifestou: *"havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste*  
14 *Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria"*. Houve votação e  
15 aprovação das Atas das Sessões Ordinárias nº070/2017 e 078/2017. Em sequência, apresentada  
16 a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº**  
17 **201800827-00; Prefeitura Municipal de Garrafão do Norte; Medida Cautelar de 2018;**  
18 **Suspensão da Tomada de Preço nº 02/2018-080101-PMGN-Determinação de Medida; Cautelar;**  
19 **Responsável: Maria Edilma Alves de Lima; Instrução: 2ª Controladoria; Relator: Conselheiro Cezar**  
20 **Colares; Publicado no DOE nº 248 de 26/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
21 Conselheiro Relator submeteu ao Plenário a Homologação de Medida Cautelar para deliberação  
22 do Tribunal Pleno, nos termos do inciso I, do Art. 146 do RI/TCM/PA, conforme Relatório do  
23 Conselheiro Relator. A matéria foi colocada **em discussão**: Após a leitura do Relatório referente  
24 a Homologação da Medida Cautelar, o Conselheiro Cezar Colares comunicou que a Responsável  
25 apresentou defesa ao tomar conhecimento o processo em questão, e prestou esclarecimentos,  
26 sanando as falhas apontadas, culminando então na Revogação de tal Medida. **Em votação**: Os  
27 Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Antonio José Guimarães, bem como o  
28 Conselheiro Substituto Alexandre Cunha, acompanharam a decisão monocrática do Conselheiro  
29 Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar  
30 Medida Cautelar apresentada. (Acórdão nº 31.734). E na oportunidade, diante dos  
31 esclarecimentos prestados, a sua revogação. (Acórdão nº 31.757). Presidência do Conselheiro  
32 Daniel Lavareda. **Processo nº 1330012012-00; Prefeitura Municipal de Cachoeira do**  
33 **Piriá; Prestação de Contas de 2012;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Antenor  
34 Fonseca de Oliveira Filho; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral  
35 Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 248 de**  
36 **26/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
37 posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das  
38 contas, com aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público  
39 Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. **Em**



40 **votação:** Os Conselheiros Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Antonio José Guimarães, bem como os  
41 Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha, Sérgio Dantas e Adriana Oliveira, acompanharam o  
42 Relator na íntegra. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
43 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas,  
44 com recolhimento aos cofres públicos, aplicação de multas, e o encaminhamento de cópias dos  
45 autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 31.735). Presidência do Conselheiro Daniel  
46 Lavareda. **Processo nº 1330012012-00; Prefeitura Municipal de Cachoeira do Piriá;**  
47 **Prestação de Contas de 2012;** Contas Anuais de Governo; Responsável: Antenor Fonseca de  
48 Oliveira Filho; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina  
49 Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 248 de 26/01/2018.**  
50 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
51 manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas. A matéria foi  
52 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. **Em votação:** Os  
53 Conselheiros Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Antonio José Guimarães, bem como os Conselheiros  
54 Substitutos Alexandre Cunha, Sérgio Dantas e Adriana Oliveira, acompanharam o Relator na  
55 íntegra. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário,  
56 **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, e o  
57 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Resolução nº 13.652).  
58 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1210012013-00; Prefeitura**  
59 **Municipal de Pau d'Arco; Prestação de Contas de 2013;** Contas Anuais de Gestão;  
60 Responsável: José Maurício de Andrade Cavalcanti Júnior; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério  
61 Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha;  
62 Advogado/Contador: Edson Santos - CRC PA 9574 **Publicado no DOE nº 248 de**  
63 **26/01/2018.** Retirado de Pauta. **Processo nº 1210012013-00; Prefeitura Municipal de**  
64 **Pau d'Arco; Prestação de Contas de 2013;** Contas Anuais de Governo; Responsável: José  
65 Maurício de Andrade Cavalcanti Júnior; Instrução: 7ª Controladoria/TCM-PA; Ministério Público:  
66 Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha;  
67 Advogado/Contador: Edson Santos - CRC PA 9574; **Publicado no DOE nº 248 de**  
68 **26/01/2018.** Retirado de Pauta. **Processo nº 1050022011-00; Câmara Municipal de**  
69 **Tucumã; Prestação de Contas de 2011;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Carlos  
70 Evandro Nogueira Ozório; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth  
71 Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Advogado/Contador: Michel Alves Pereira -  
72 CRC-PA nº 015593/O-2; **Publicado no DOE nº 248 de 26/01/2018.** Cumprindo dispositivo  
73 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
74 regularidade das contas com ressalvas, com aplicação de multas. A matéria foi colocada **em**  
75 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. **Em votação:** Os Conselheiros Daniel  
76 Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como o  
77 Conselheiro Substituto Alexandre Cunha, acompanharam o Relator na íntegra. A matéria foi  
78 colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,



79 decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 31.736).  
80 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1420022008-00; Câmara**  
81 **Municipal de São João da Ponta; Prestação de Contas de 2008;** Contas Anuais de Gestão;  
82 Responsável: Jonas Vale da Silva; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora  
83 Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Advogado/Contador: Vicente Aleixo de  
84 Souza – CRC-Pa Nº 5774; **Publicado no DOE nº 248 de 26/01/2018.** Cumprindo dispositivo  
85 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
86 irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu  
87 seu **VOTO**. **Em votação:** Os Conselheiros Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio  
88 José Guimarães e Sérgio Leão, bem como o Conselheiro Substituto Alexandre Cunha,  
89 acompanharam o Relator na íntegra. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência  
90 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com  
91 ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 31.737). Presidência do Conselheiro Daniel  
92 Lavareda. **Processo nº 310022008-00; Câmara Municipal de Gurupá; Prestação de**  
93 **Contas de 2008;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Francisco Diamantino Pessoa;  
94 Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:  
95 Conselheiro Aloísio Chaves; Advogado/Contador: Aroldo José Diamantino Nogueira – CRC-Pa Nº  
96 11744; **Publicado no DOE nº 248 de 26/01/2018.** Transferido para a Sessão Plenária do dia  
97 01.02.2018. **Processo nº 393982010-00; Fundo Municipal de Saúde de Juruti;**  
98 **Prestação de Contas de 2010;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Ana Márcia Sousa da  
99 Cunha Oliveira; Instrução: Controladoria Regional de Santarém/ 3ª Controladoria; Ministério  
100 Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho;  
101 **Publicado no DOE nº 248 de 26/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
102 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas,  
103 com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO:**  
104 *"Regularmente citada, a Ordenadora apresentou a competente defesa, sanando parte das falhas*  
105 *originalmente apontadas, permanecendo, impropriedades de natureza formal que não maculam a*  
106 *legalidade/regularidade das contas, cabendo a aplicação de multas que assim arbitro: - Pela remessa*  
107 *intempestiva da prestação de contas do 2º e 3º quadrimestrais, R\$ 1.000,00 (mil reais) com base no art.*  
108 *282, IV "b", do RI/TCM, cominado com art. 72, inciso X, LC Estadual nº 109/2016/TCM, que corresponde a*  
109 *300,56 UPF's-PA (Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará), que deve ser revertida ao FUMREAP; -*  
110 *Pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes e pela incorreta*  
111 *apropriação das Obrigações Patronais, R\$ 3.000,00 (três mil reais) com base no art. 282, IV "b", do*  
112 *RI/TCM, combinado com o art. 72, inciso X, LC Estadual nº 109/2016/TCM, que corresponde a 901,68*  
113 *UPF's-PA (Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará), que deve ser revertida ao FUMREAP; Ademais,*  
114 *fica, desde já, advertido o Ordenador responsável, que o não recolhimento da multa fixada, no prazo de 30*  
115 *(trinta) dias, após o trânsito em julgado da presente decisão, importará, nos termos do art. 303, do*  
116 *RITCM-PA (Ato nº 18/2017), no acréscimo de correção monetária, multa e juros de mora, nos seguintes*  
117 *termos: (I) multa de mora de 0,10% (dez centésimo por cento) do valor da multa, por dia de atraso, até o*  
118 *limite de 36% (trinta e seis por cento); (II) correção monetária de seu valor, calculado desde a data e que*  
119 *deveria ser pago até o efetivo pagamento, com base na variação da Unidade Padrão Fiscal do Estado do*



120 *Pará – UPF-PA e (III) juros de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, desde a data em que deveria ser*  
121 *pago até o efetivo pagamento. Diante do exposto, voto pela aprovação, com ressalva, das contas da Fundo*  
122 *Municipal de Saúde de Juruti, exercício 2010, de responsabilidade da Senhora Ana Márcia Sousa da Cunha*  
123 *Oliveira, a quem deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação no importe de R\$ 17.461.937,60*  
124 *(dezessete milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, novecentos e trinta e sete reais e sessenta*  
125 *centavos), sem o prejuízo do recolhimento das multas retrocitadas. Este é o voto que submeto a*  
126 *deliberação do Egrégio Plenário”. **Em votação:** O Conselheiro Aloisio Chaves solicitou Vista dos*  
127 *autos. Os Conselheiros Daniel Lavareda, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como os*  
128 *Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha, Sérgio Dantas e Márcia Costa, decidiram por aguardar*  
129 *a manifestação do Voto de Vista. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº***  
130 **42032010-00; Fundo Municipal de Saúde de Alenquer; Prestação de Contas de 2010;**  
131 **Contas Anuais de Gestão; Responsável: Maria do Socorro Damascena Filgueiras; Instrução:**  
132 **Controladoria Regional de Santarém/ 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral**  
133 **Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho; Publicado no DOE nº 248 de**  
134 **26/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
135 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A  
136 matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. **Em votação:**  
137 Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Cezar Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio  
138 Leão, bem como o Conselheiro Substituto Alexandre Cunha, acompanharam a Relatora na  
139 íntegra. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário,  
140 **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas  
141 (Acórdão nº 31.738). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 394032010-**  
142 **00; Secretaria Municipal de Finanças de Juruti; Prestação de Contas de 2010;** Contas  
143 **Anuais de Gestão; Responsável: Manoel Henrique Gomes Costa; Instrução: Controladoria**  
144 **Regional de Santarém/ 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina**  
145 **Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho; Publicado no DOE nº 248 de**  
146 **26/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
147 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada  
148 **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO:** “Regularmente citado, o Ordenador  
149 apresentou a competente defesa, sanando parte das falhas originalmente apontadas, permanecendo  
150 impropriedades de natureza formal que não maculam a legalidade/regularidade das contas, cabendo a  
151 aplicação de multas que assim arbitro: - Pela remessa intempestiva da prestação de contas do 2º e 3º  
152 quadrimestrais, R\$ 1.000,00 (mil reais) com base no art. 282, IV “b”, do RI/TCM, combinado com o art. 72,  
153 inciso X, LC Estadual nº 109/2016/TCM, que corresponde a 300,56 UPF’s-PA (Unidades de Padrão Fiscal do  
154 Estado do Pará), que deve ser revertida ao FUMREAP; - Pelo não repasse ao INSS na totalidade das  
155 contribuições retidas dos contribuintes e não apropriação das Obrigações Patronais no exercício, R\$  
156 2.000,00 (dois mil reais) com base no art. 282, IV “b”, do RI/TCM, combinado com o art. 72, inciso X, LC  
157 Estadual nº 109/2016/TCM, que corresponde a 601,12 UPF’s-PA (Unidades de Padrão Fiscal do Estado do  
158 Pará), que deve ser revertida ao FUMREAP; - Pelo saldo insuficiente para cobrir os compromissos a pagar,  
159 R\$ 3.000,00 (três mil reais) com base no art. 282, IV “b”, do RI/TCM, cominado com art. 72, inciso X, LC  
160 Estadual nº 109/2016/TCM, que corresponde a 901,68 UPF’s-PA (Unidades de Padrão Fiscal do Estado do





161 *Pará), que deve ser revertida ao FUMREAP. Ademais, fica, desde já, advertido o Ordenador responsável,*  
162 *que o não recolhimento da multa fixada, no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado da*  
163 *presente decisão, importará, nos termos do art. 303, do RITCM-PA (Ato nº 18/2017), no acréscimo de*  
164 *correção monetária, multa e juros de mora, nos seguintes termos: (I) multa de mora de 0,10% (dez*  
165 *centésimo por cento) do valor da multa, por dia de atraso, até o limite de 36% (trinta e seis por cento);*  
166 *(II) correção monetária de seu valor, calculado desde a data e que deveria ser pago até o efetivo*  
167 *pagamento, com base na variação da Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará – UPF-PA e (III) juros de*  
168 *1% (um por cento) ao mês, ou fração, desde a data em que deveria ser pago até o efetivo pagamento.*  
169 *Diante do exposto, voto pela aprovação, com ressalva, das contas da Secretaria Municipal de Finanças de*  
170 *Juruti, exercício 2010, de responsabilidade do Senhor Manoel Henrique Gomes Costa, a quem deverá ser*  
171 *expedido o competente Alvará de Quitação no importe de R\$2.822.364,28 (dois milhões, oitocentos e vinte*  
172 *dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais e vinte e oito centavos), sem o prejuízo do recolhimento das*  
173 *multas retrocitadas. Este é o voto que submeto a deliberação do Egrégio Plenário".* **Em votação:** O  
174 Conselheiro Aloisio Chaves solicitou Vista dos autos. Os Conselheiros Daniel Lavareda, Cezar  
175 Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como o Conselheiro Substituto Alexandre  
176 Cunha, decidiram por aguardar a manifestação do Voto de Vista. Presidência do Conselheiro  
177 Daniel Lavareda. **Processo nº 1320022011-00; Câmara Municipal de Belterra; Prestação**  
178 **de Contas de 2011;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Ademar Sanches da Silva;  
179 Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relatora:  
180 Conselheira Mara Lúcia Barbalho; Publicado no DOE nº 248 de 26/01/2018. Cumprindo  
181 dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu posicionamento dos autos e manifestou-  
182 se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. A  
183 Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. **Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel  
184 Lavareda, Cezar Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como o Conselheiro  
185 Substituto Alexandre Cunha, acompanharam o Relator na íntegra. A matéria foi colocada **em**  
186 **discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela  
187 regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 31.739). Presidência  
188 do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 42192011-00; Fundo Municipal de Trânsito**  
189 **de Alenquer; Prestação de Contas de 2011;** Contas Anuais de Gestão; Responsável:  
190 Lucenildo Batista Corrêa; Instrução: Controladoria Regional de Santarém/ 3ª Controladoria;  
191 Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia  
192 Barbalho; Publicado no DOE nº 248 de 26/01/2018. Cumprindo dispositivo regimental, o  
193 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das  
194 contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. **Em**  
195 **votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Cezar Colares, Antonio José  
196 Guimarães e Sérgio Leão, bem como o Conselheiro Substituto Alexandre Cunha, acompanharam  
197 o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu  
198 pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 31.740).  
199 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 202012011-00; Instituto de**  
200 **Previdência Municipal de Cachoeira do Arari; Prestação de Contas de 2011;** Contas



201 Anuais de Gestão; Responsável: Selma Lúcia Gusmão Feio (01/01 a 31/07) e Lissandra Portal da  
202 Paixão (01/08 a 31/12); Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria  
203 Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contadora: Maria do Socorro Pinto  
204 Alves Batista; Publicado no DOE nº 248 de 26/01/2018. Cumprindo dispositivo regimental,  
205 o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade  
206 das contas, de ambas Ordenadoras. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator  
207 proferiu seu **VOTO**. **Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Cezar  
208 Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como o Conselheiro Substituto Alexandre  
209 Cunha, acompanharam o Relator na íntegra. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência  
210 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas de  
211 ambas Ordenadoras, com recolhimento aos cofres municipais, aplicação de multas, e o  
212 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 31.741 e Acórdão  
213 nº 31.742). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 714742009-00;**  
214 **Secretaria Municipal de Transporte Público e Trânsito de Santarém; Prestação de**  
215 **Contas de 2009;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Sandro Tarcito da Costa Lopes;  
216 Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:  
217 Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 248 de 26/01/2018.** Cumprindo  
218 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-  
219 se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator  
220 proferiu seu **VOTO**. **Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Mara Lúcia, Daniel Lavareda,  
221 Cezar Colares e Sérgio Leão, bem como o Conselheiro Substituto Alexandre Cunha,  
222 acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
223 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas  
224 (Acórdão nº 31.743). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 462202013-**  
225 **00; Fundo Municipal de Assistência Social de Mocajuba; Prestação de Contas de 2013;**  
226 Contas Anuais de Gestão; Responsável: Gilcélia Maria Cunha Melo Costa (01/01 a 11/12) e José  
227 Antonio Macedo de Castro (12 a 31/12); Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público:  
228 Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Advogado/  
229 Contadora: Maria do Socorro Pinto Alves Batista; **Publicado no DOE nº 248 de 26/01/2018.**  
230 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
231 manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
232 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. **Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Mara  
233 Lúcia, Daniel Lavareda, Cezar Colares e Sérgio Leão, bem como o Conselheiro Substituto  
234 Alexandre Cunha, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
235 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas de responsabilidade da Sra.  
236 Gilcélia Maria Cunha Melo Costa, com recolhimento aos cofres municipais, aplicação de multas,  
237 emissão de medida cautelar de indisponibilidade de bens pelo período de um ano, e o  
238 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual; e pela regularidade das  
239 contas, com ressalvas, de responsabilidade do Sr. José Antonio Macedo de Castro e aplicação de



240 multas (Acórdão nº 31.744 e Acórdão nº 31.745). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.  
241 **Processo nº 424322014-00; Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**  
242 **de Marabá; Prestação de Contas de 2014;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Abiancy  
243 Cardoso Rosa Salame (01/01 a 03/04) e Adnancy Rosa de Miranda (04/04 a 31/12); Instrução:  
244 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro  
245 Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 248 de 26/01/2018.** Cumprindo dispositivo  
246 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
247 regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu  
248 seu **VOTO**. **Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Mara Lúcia, Daniel Lavareda e Sérgio  
249 Leão, bem como os Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e Márcia Costa, acompanharam o  
250 Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu  
251 pela regularidade das contas, com expedição do competente Alvará de Quitação (Acórdão nº  
252 31.746). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1124142013-00; Fundo**  
253 **Municipal de Educação de Cumaru do Norte; Prestação de Contas de 2013;** Contas  
254 Anuais de Gestão; Responsável: Ester Benício Távora; Instrução: 7ª Controladoria/TCM-PA;  
255 Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre  
256 Cunha; Advogado/Contador: Edson Santos CRC 957400-PA; **Publicado no DOE nº 248 de**  
257 **26/01/2018.** Retirado de Pauta. **Processo nº 1124122013-00; FUNDEB de Cumaru do**  
258 **Norte; Prestação de Contas de 2013;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Ester Benício  
259 Távora; Instrução: 7ª Controladoria/TCM-PA; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da  
260 Silva; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha; Advogado/Contador: Edson Santos CRC  
261 957400-PA; **Publicado no DOE nº 248 de 26/01/2018.** Retirado de Pauta. **Processo nº**  
262 **320022014-00; Câmara Municipal de Igarapé-Açu; Prestação de Contas de 2014;**  
263 Contas Anuais de Gestão; Responsável: Antonio Rodrigues da Silva; Instrução: 5ª Controladoria;  
264 Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio  
265 Dantas Redistribuído por delegação do Conselheiro Daniel Lavareda de acordo com a Resolução  
266 nº 07/2017; **Publicado no DOE nº 248 de 26/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
267 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das  
268 contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Substituto Relator proferiu sua  
269 proposta de **VOTO**, no que foi ratificada pelo Conselheiro Originário. **Em votação:** Os  
270 Conselheiros Aloisio Chaves, Mara Lúcia, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como os  
271 Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e Márcia Costa, acompanharam o Relator na íntegra. A  
272 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das  
273 contas, com expedição do competente Alvará de Quitação (Acórdão nº 31.747). Presidência da  
274 Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 320062014-00; Fundo Municipal de Educação de**  
275 **Igarapé-Açu; Prestação de Contas de 2014;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Sandra  
276 Miki Uesugi Nogueira; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez  
277 Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas Redistribuído por delegação do  
278 Conselheiro Daniel Lavareda de acordo com a Resolução nº 07/2017; **Publicado no DOE nº**



279 **248 de 26/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
280 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada  
281 **em discussão.** O Conselheiro Substituto Relator proferiu sua proposta de **VOTO**, no que foi  
282 ratificada pelo Conselheiro Originário. **Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Mara Lúcia,  
283 Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e  
284 Márcia Costa, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
285 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com expedição do competente  
286 Alvará de Quitação (Acórdão nº 31.748). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº**  
287 **754082014-00; Fundo Municipal de Educação/FUNDEB de São Domingos do Capim;**  
288 **Prestação de Contas de 2014;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Manoel Bernardo da  
289 Luz Neto; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;  
290 Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas Redistribuído por delegação do Conselheiro Daniel  
291 Lavareda de acordo com a Resolução nº 07/2017; **Publicado no DOE nº 248 de**  
292 **26/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
293 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com recolhimento aos  
294 cofres municipais, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A  
295 matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Substituto Relator proferiu sua proposta de  
296 **VOTO**, no que foi ratificada pelo Conselheiro Originário. **Em votação:** Os Conselheiros Aloisio  
297 Chaves, Mara Lúcia, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros  
298 Substitutos Alexandre Cunha e Márcia Costa, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência  
299 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com  
300 recolhimento aos cofres municipais, aplicação de multas, emissão de medida cautelar de  
301 indisponibilidade de bens pelo período de um ano, e o encaminhamento de cópia dos autos ao  
302 Ministério Público Estadual (Acórdão nº 31.749 e Acórdão nº 31.750). Presidência da Conselheira  
303 Mara Lúcia. **Processo nº 201512682-00 (201320705-00); Câmara Municipal de São**  
304 **Geraldo do Araguaia; Pedido de Revisão de 2013;** Contra o acórdão nº 26.478/2015;  
305 Autor: Paulo Torres Sá; Instrução: DCAP; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina  
306 Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 248 de 26/01/2018.**  
307 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
308 manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do Recurso, com a manutenção da decisão  
309 recorrida. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** **Em**  
310 **votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda e Antonio José Guimarães, bem como  
311 os Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e Márcia Costa, acompanharam o relator na íntegra.  
312 A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e  
313 não provimento do Recurso, com a manutenção da decisão recorrida (Acórdão nº 31.751).  
314 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 904442005-00 (201313038-00);**  
315 **Fundo Municipal de Saúde de Brejo Grande do Araguaia; Pedido de Revisão de 2005;**  
316 **Contra a decisão do objeto do Acórdão nº 23.170/2013; Autor: José Nilson Lopes da Silva;**  
317 **Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator:**





318 Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 248 de 26/01/2018. Cumprindo dispositivo  
319 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo  
320 conhecimento e não provimento do Recurso, com a mantendo a decisão recorrida. A matéria foi  
321 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os  
322 Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia e Antonio José Guimarães, bem como o  
323 Conselheiros Substituto Alexandre Cunha, acompanharam o relator na íntegra. A Presidência  
324 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento  
325 parcial do Recurso, com a reforma da decisão recorrida (Acórdão nº 31.752). Presidência do  
326 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201608974-00 (572042012-00); Fundo**  
327 **Municipal de Saúde de Ponta de Pedras; Recurso de 2012;** Ordinário contra a decisão  
328 objeto do Acórdão nº 28.973/16; Recorrente: Pedro Paulo Boulhosa Tavares; Instrução: 4ª  
329 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio  
330 José Guimarães; **Publicado no DOE nº 248 de 26/01/2018.** Cumprindo dispositivo  
331 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo  
332 conhecimento e não provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
333 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel  
334 Lavareda, Mara Lúcia e Antonio José Guimarães, bem como os Conselheiros Substitutos  
335 Alexandre Cunha e Márcia Costa, acompanharam o relator na íntegra. A Presidência proclamou a  
336 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do  
337 Recurso, com a reforma da decisão recorrida (Acórdão nº 31.753). Presidência do Conselheiro  
338 Daniel Lavareda. **Processo nº 201406909-00 (150012008-00); Prefeitura Municipal de**  
339 **Benevides; Recurso de 2008;** Ordinário contra a decisão Objeto do Acórdão 24.464/2013;  
340 Recorrente: Edimauro Ramos de Farias; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público:  
341 Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº**  
342 **248 de 26/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
343 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do Recurso, com  
344 aplicação de multas, e o encaminhamento de cópias dos autos ao Ministério Público Estadual. A  
345 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os  
346 Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia e Antonio José Guimarães, bem como o  
347 Conselheiros Substituto Alexandre Cunha, acompanharam o relator na íntegra. A Presidência  
348 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e não  
349 provimento do Recurso, com a manutenção da decisão recorrida, e em razão do falecimento do  
350 Ordenador, que sejam retiradas as multas e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério  
351 Público Estadual (Acórdão nº 31.754). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**  
352 **662162008-00 (201607866-00); Fundo Municipal de Educação de Salvaterra; Recurso**  
353 **de 2008;** Ordinário contra a decisão Objeto do Acórdão 28.839/2016; Recorrente: José Maria  
354 Gomes Araújo; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da  
355 Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Advogado/Contador: Elvis Ribeiro da Silva – OAB-PA Nº  
356 12.114; **Publicado no DOE nº 248 de 26/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o



357 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e  
358 não provimento do Recurso, com a manutenção da decisão recorrida. A matéria foi colocada **em**  
359 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Aloisio  
360 Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia e Antonio José Guimarães, bem como o Conselheiros  
361 Substituto Alexandre Cunha, acompanharam o relator na íntegra. A Presidência proclamou a  
362 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e não provimento do Recurso,  
363 com a manutenção da decisão recorrida (Acórdão nº 31.755). Presidência do Conselheiro Daniel  
364 Lavareda. **Processo nº 201606582-00 (762752009-00); Fundo Municipal de Saúde de**  
365 **São Félix do Xingu; Recurso de 2009; Ordinário contra a decisão Objeto do Acórdão**  
366 **28.682/2016; Recorrente: Fernanda Cristina R. Nascimento (01/01 a 18/03); Instrução: 1ª**  
367 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro**  
368 **Sérgio Leão; Advogado/Contador: Heloísa Tabosa Barros Leão- OAB-Pa 18.762; Publicado no**  
369 **DOE nº 248 de 26/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou  
370 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do  
371 Recurso, com a manutenção da decisão recorrida. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
372 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Aloísio Chaves, Daniel  
373 Lavareda, Mara Lúcia e Antonio José Guimarães, bem como o Conselheiros Substituto Alexandre  
374 Cunha, acompanharam o relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
375 **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a reforma da  
376 decisão recorrida (Acórdão nº 31.756). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **MATÉRIA**  
377 **ADMINISTRATIVA. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO**  
378 **PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas e trinta minutos da qual foi lavrada a  
379 presente Ata.  
380 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em trinta de janeiro de  
381 dois mil e dezoito.  
382 Ata aprovada em Sessão Ordinária nº 010/2017, em vinte de fevereiro de dois mil e dezoito.  
383 Visto:

**Luis Daniel Lavareda Reis Junior**  
Conselheiro / Presidente / Presidente da Sessão

**Mara Lúcia Barbalho da Cruz**  
Conselheira / Vice-Presidente / Presidente da Sessão

**Hilda Maria Zahluth Centeno Normando**  
Subsecretária